

Território, informação e poder: inteligência territorial como instrumento estratégico da segurança pública amazônica.

Territory, information and power: territorial intelligence as a strategic instrument for Amazonian public security.

Rômulo Bruno do Carmo Cabral
Murilo Augusto Maia Serrão
Reldicy Darling Mendes da Silva
Francieude Silva

RESUMO

O presente estudo analisa a inteligência territorial como instrumento estratégico para fortalecimento da segurança pública amazônica, com ênfase nas capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará. A pesquisa parte da compreensão de que a complexidade territorial da Amazônia impõe desafios significativos às instituições policiais, especialmente em razão das grandes distâncias geográficas, limitações logísticas, baixa cobertura de comunicação e crescente sofisticação das dinâmicas criminais associadas ao tráfico de drogas, crimes ambientais, garimpo ilegal e conflitos fundiários. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, utilizando revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de dados relacionados à segurança pública, inteligência territorial e tecnologias aplicadas ao policiamento. O referencial teórico fundamenta-se nas discussões sobre território, poder, sociedade em rede e governança informacional, a partir das contribuições de Milton Santos, Claude Raffestin, Manuel Castells e Luciano Floridi. Os resultados indicam que a integração

entre geotecnologias, monitoramento remoto, análise espacial, drones e inteligência artificial possui elevado potencial estratégico para ampliação da vigilância territorial, fortalecimento da inteligência policial e otimização do planejamento operacional da Polícia Militar do Pará no contexto amazônico. O estudo também evidencia desafios relacionados à infraestrutura tecnológica, conectividade operacional, capacitação técnica e governança informacional. Conclui-se que a inteligência territorial pode contribuir significativamente para modernização operacional da PMPA e fortalecimento da presença estatal na Amazônia paraense, desde que acompanhada por investimentos institucionais, planejamento estratégico e utilização ética e responsável das tecnologias informacionais.

Palavras-chave: Inteligência territorial; segurança pública; Amazônia; Polícia Militar do Pará; geotecnologias.

ABSTRACT

This study analyzes territorial intelligence as a strategic instrument for strengthening public security in the Amazon, with emphasis on the operational capabilities of the Polícia Militar do Pará. The research is based on the understanding that the territorial complexity of the Amazon imposes significant challenges on police institutions, especially due to vast geographic distances, logistical limitations, limited communication coverage, and the increasing sophistication of criminal dynamics associated with drug trafficking, environmental crimes, illegal mining, and land conflicts. Methodologically, the study is characterized as applied, exploratory, and descriptive research, adopting a qualitative-quantitative approach through bibliographic review, documentary research, and analysis of data related to public security, territorial intelligence, and policing technologies. The theoretical framework is grounded in discussions on territory, power, network society, and informational governance, based on the contributions of Milton Santos, Claude Raffestin, Manuel Castells, and Luciano Floridi. The results indicate that the integration of geotechnologies, remote monitoring, spatial analysis, drones, and artificial intelligence has significant strategic potential for expanding territorial surveillance, strengthening police intelligence, and optimizing the operational planning of the Polícia Militar do

Pará within the Amazonian context. The study also highlights challenges related to technological infrastructure, operational connectivity, technical training, and informational governance. It is concluded that territorial intelligence can significantly contribute to the operational modernization of the PMPA and to strengthening state presence in the Amazon region, provided that it is accompanied by institutional investments, strategic planning, and the ethical and responsible use of informational technologies.

Keywords: Territorial intelligence; public security; Amazon; Polícia Militar do Pará; geotechnologies.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea encontra-se inserida em um cenário de profundas transformações territoriais, tecnológicas e informacionais, no qual a circulação de dados, pessoas e fluxos ilícitos assume papel central nas dinâmicas de poder e controle territorial. Nas últimas décadas, o avanço das tecnologias digitais, dos sistemas de monitoramento remoto e das redes informacionais modificou significativamente as formas de atuação estatal, especialmente no âmbito das instituições responsáveis pela vigilância, gestão territorial e enfrentamento das dinâmicas criminais contemporâneas. Nesse contexto, a informação passou a ocupar posição estratégica na consolidação das capacidades institucionais de monitoramento, inteligência e tomada de decisão (CASTELLS, 1999; FLORIDI, 2014).

A consolidação da chamada sociedade em rede promoveu profunda reorganização das estruturas de poder, fazendo com que a produção, circulação e controle de informações se tornassem elementos centrais das instituições contemporâneas. Segundo Castells (1999), os fluxos informacionais passaram a estruturar as relações econômicas, políticas e sociais em escala global, redefinindo mecanismos de comunicação, vigilância e governança territorial. No campo da segurança pública, essa transformação impulsionou o desenvolvimento de modelos de policiamento orientados por inteligência, nos quais tecnologias digitais, sistemas geoespaciais e análise de dados assumem crescente relevância estratégica.

No Brasil, tais transformações tornam-se ainda mais complexas quando analisadas sob a perspectiva amazônica. A Amazônia brasileira apresenta características territoriais singulares, marcadas por extensas áreas florestais, baixa densidade populacional, elevada complexidade hidrográfica, fragilidades infraestruturais e reduzida presença estatal em determinadas regiões. Esses fatores impactam diretamente a atuação das instituições de segurança pública, dificultando o monitoramento contínuo do território e ampliando os desafios relacionados ao enfrentamento de crimes ambientais, tráfico de drogas, garimpo ilegal, conflitos fundiários e circulação ilícita em áreas remotas e de fronteira.

No estado do Pará, tais desafios assumem proporções ainda mais significativas em razão de sua ampla extensão territorial e da complexidade logística associada à predominância de acessos fluviais e áreas de difícil alcance operacional. Nesse cenário, a atuação da Polícia Militar do Pará demanda modelos estratégicos capazes de integrar inteligência territorial, monitoramento remoto e gestão informacional às práticas operacionais da corporação, permitindo maior capacidade de vigilância e resposta diante das dinâmicas territoriais amazônicas.

Sob a perspectiva teórica, a compreensão do território enquanto espaço de relações de poder, circulação e apropriação social constitui elemento central para análise da segurança pública amazônica. Conforme argumenta Santos (2006), o território deve ser compreendido não apenas como espaço físico, mas como produto das relações sociais mediadas por sistemas técnicos, econômicos e informacionais. Complementarmente, Raffestin (1993) destaca que o território representa espaço estratégico de disputa e controle, diretamente influenciado pelos atores capazes de exercer domínio material e simbólico sobre determinadas áreas geográficas. Na Amazônia, essa dinâmica manifesta-se de maneira particularmente complexa em razão da multiplicidade de interesses econômicos, ambientais e criminais que disputam o controle territorial da região.

Nesse contexto, emerge o conceito de inteligência territorial como instrumento estratégico voltado à integração entre informação, tecnologia e gestão territorial aplicada à segurança pública. A inteligência territorial compreende o conjunto de mecanismos de produção, análise e utilização estratégica de informações espaciais,

operacionais e institucionais destinadas ao monitoramento do território e ao fortalecimento das capacidades decisórias das organizações estatais. A incorporação de geotecnologias, drones, sistemas de monitoramento remoto, sensoriamento geoespacial e inteligência artificial amplia significativamente as possibilidades de vigilância territorial e produção de inteligência aplicada ao policiamento contemporâneo.

Paralelamente, o avanço das tecnologias informacionais também produz novos desafios éticos, jurídicos e institucionais relacionados à vigilância digital, à proteção de dados e à governança tecnológica. Conforme discutem Han (2018) e Floridi (2014), a expansão dos sistemas digitais de monitoramento redefine as relações entre poder, informação e controle social, exigindo equilíbrio entre eficiência operacional e garantia de direitos fundamentais no contexto das sociedades hiperconectadas.

Diante desse cenário, torna-se fundamental discutir o papel da inteligência territorial como instrumento estratégico para o fortalecimento da segurança pública amazônica. Assim, o presente estudo busca analisar as relações entre território, informação e poder no contexto da segurança pública contemporânea, com ênfase nas possibilidades de aplicação da inteligência territorial no fortalecimento das capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará. Parte-se da hipótese de que a integração entre inteligência territorial, tecnologias informacionais e monitoramento geoespacial pode contribuir significativamente para ampliação da capacidade operacional das forças de segurança pública amazônicas, especialmente diante das limitações logísticas, territoriais e comunicacionais presentes na região.

Problema de Pesquisa

Como a inteligência territorial pode contribuir para o fortalecimento das capacidades operacionais e estratégicas da segurança pública no contexto amazônico, especialmente no âmbito da Polícia Militar do Pará?

Hipótese Geral

A integração entre inteligência territorial, tecnologias informacionais e monitoramento geoespacial pode ampliar significativamente a capacidade operacional

das forças de segurança pública amazônicas, especialmente diante das limitações logísticas, territoriais e comunicacionais presentes na região.

Hipóteses Específicas

1. A utilização de sistemas de inteligência territorial contribui para ampliação da capacidade de vigilância e monitoramento em áreas amazônicas de difícil acesso;
2. A integração entre geotecnologias, monitoramento remoto e análise de dados territoriais favorece o planejamento estratégico das operações policiais na Amazônia;
3. O emprego de drones, sensoriamento geoespacial e inteligência artificial pode reduzir limitações operacionais relacionadas à mobilidade, comunicação e presença estatal em regiões remotas;
4. A implementação de modelos de policiamento orientados por inteligência territorial fortalece a capacidade institucional da Polícia Militar do Pará no enfrentamento às dinâmicas criminais contemporâneas;
5. A ausência de infraestrutura tecnológica, capacitação técnica e governança informacional constitui um dos principais obstáculos à consolidação de sistemas de inteligência territorial na segurança pública amazônica.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o papel da inteligência territorial como instrumento estratégico para fortalecimento da segurança pública amazônica, com ênfase nas capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará.

2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar os principais desafios territoriais, logísticos e operacionais enfrentados pela segurança pública na Amazônia paraense;
2. Analisar as relações entre território, informação e poder no contexto da segurança pública contemporânea;
3. Investigar o potencial das geotecnologias, do monitoramento remoto e da inteligência informacional aplicados ao policiamento amazônico;
4. Avaliar as contribuições da inteligência territorial para o planejamento estratégico e para ampliação da capacidade operacional da Polícia Militar do Pará;
5. Examinar os desafios institucionais, tecnológicos, éticos e operacionais relacionados à implementação de sistemas de inteligência territorial na segurança pública;
6. Propor diretrizes estratégicas voltadas à integração entre inteligência territorial, inovação tecnológica e gestão operacional no contexto amazônico.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, de natureza exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa, buscando analisar o papel da inteligência territorial como instrumento estratégico para fortalecimento da segurança pública amazônica, com ênfase nas capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará. A adoção de uma abordagem mista fundamenta-se na necessidade de integrar análises objetivas relacionadas às dinâmicas operacionais da segurança pública com interpretações qualitativas acerca das relações entre território, informação, poder e tecnologia no contexto amazônico.

Segundo Gil (2008), pesquisas exploratórias permitem maior aproximação com o problema investigado, favorecendo o desenvolvimento de hipóteses e ampliação da compreensão sobre fenômenos ainda pouco explorados cientificamente. No contexto da segurança pública amazônica, tal perspectiva torna-se particularmente relevante diante da limitada produção acadêmica voltada à integração entre inteligência

territorial, policiamento orientado por dados e tecnologias informacionais aplicadas à realidade operacional da Amazônia brasileira.

A pesquisa também possui caráter descritivo, uma vez que busca identificar, analisar e interpretar fatores relacionados aos desafios territoriais, logísticos e operacionais enfrentados pelas forças de segurança pública amazônicas, bem como as possibilidades de utilização da inteligência territorial como mecanismo de fortalecimento institucional e operacional da Polícia Militar do Pará. Conforme Lakatos e Marconi (2017), estudos descritivos têm como finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fenômenos sem interferência direta do pesquisador sobre a realidade investigada.

Do ponto de vista teórico, o estudo fundamenta-se na perspectiva das relações entre território, técnica, informação e poder. Para Santos (2006), o território constitui produto das relações sociais mediadas por sistemas técnicos, econômicos e informacionais, sendo a técnica elemento central na reorganização espacial contemporânea. Tal compreensão permite analisar a inteligência territorial não apenas como ferramenta operacional, mas como mecanismo estratégico de gestão territorial e fortalecimento da presença estatal em regiões marcadas por fragilidades infraestruturais e limitações logísticas.

Complementarmente, a concepção de território enquanto espaço de relações de poder proposta por Raffestin (1993) contribui para interpretação da Amazônia como ambiente estratégico marcado por disputas territoriais, circulação ilícita e conflitos relacionados ao controle espacial. Nesse contexto, a inteligência territorial emerge como instrumento de monitoramento, vigilância e produção de informações estratégicas voltadas à ampliação da capacidade estatal de atuação sobre o território.

No âmbito das transformações tecnológicas contemporâneas, a pesquisa dialoga com as contribuições de Castells (1999), cuja teoria da sociedade em rede evidencia a centralidade dos fluxos informacionais na reorganização das estruturas institucionais modernas. A crescente digitalização das estruturas de segurança pública e o desenvolvimento de sistemas de monitoramento remoto, análise criminal e

inteligência geoespacial refletem precisamente esse processo de reorganização operacional mediado pelas tecnologias da informação e comunicação.

A discussão acerca da governança informacional e da inteligência digital também se fundamenta nas contribuições de Floridi (2014), para quem a chamada “infosfera” redefine as relações entre instituições, tecnologia e produção de conhecimento estratégico. Essa perspectiva torna-se relevante para compreensão da utilização de sistemas de inteligência territorial, análise geoespacial e integração de dados no planejamento operacional da segurança pública contemporânea.

Do ponto de vista procedimental, a pesquisa será desenvolvida em quatro etapas principais. A primeira consistirá em revisão bibliográfica sistemática acerca de inteligência territorial, segurança pública amazônica, geotecnologias, monitoramento remoto, análise criminal, inteligência policial e governança tecnológica. Serão utilizados livros, artigos científicos, dissertações, teses, documentos institucionais, legislações e relatórios técnicos nacionais e internacionais relacionados à temática investigada.

A segunda etapa envolverá pesquisa documental em normativas institucionais, planos estratégicos, relatórios operacionais e documentos relacionados à modernização tecnológica das forças de segurança pública brasileiras, com ênfase na Polícia Militar do Pará e em experiências correlatas de utilização de inteligência territorial e monitoramento geoespacial aplicados ao policiamento.

A terceira etapa consistirá na coleta de dados primários mediante aplicação de questionários semiestruturados a policiais militares vinculados a unidades operacionais, ambientais e setores de planejamento estratégico da corporação. Os instrumentos de pesquisa buscarão identificar percepções relacionadas:

- aos desafios operacionais enfrentados em áreas amazônicas de difícil acesso;
- ao uso de tecnologias informacionais e sistemas de monitoramento territorial;
- ao nível de conhecimento institucional sobre inteligência territorial;

- às limitações estruturais e tecnológicas da corporação;
- e às possibilidades de implementação de modelos de policiamento orientados por inteligência territorial.

Os dados quantitativos obtidos serão submetidos à estatística descritiva, utilizando frequências absolutas, frequências relativas, médias e análises correlacionais simples entre variáveis operacionais e tecnológicas. Os dados qualitativos serão analisados por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo interpretação sistemática das percepções institucionais e operacionais dos participantes da pesquisa.

Por fim, a pesquisa observará os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, assegurando anonimato, confidencialidade e participação voluntária dos respondentes, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Inteligência Territorial e os Desafios Operacionais da Polícia Militar do Pará na Amazônia

A análise dos dados bibliográficos e documentais evidencia que a atuação da Polícia Militar do Pará encontra-se diretamente condicionada pelas especificidades territoriais da Amazônia paraense, especialmente no que se refere às limitações logísticas, à dificuldade de monitoramento contínuo e à reduzida presença estatal em áreas remotas do estado. Em razão da ampla extensão territorial do Pará, da predominância de áreas florestais e da forte dependência de deslocamentos fluviais, a corporação enfrenta desafios operacionais significativamente distintos daqueles observados em outras regiões brasileiras.

Nesse contexto, observa-se que os modelos tradicionais de policiamento ostensivo, fundamentados predominantemente na presença física contínua do efetivo policial, apresentam limitações operacionais relevantes diante da dinâmica territorial amazônica. A dificuldade de circulação operacional, associada às fragilidades infraestruturais e à baixa cobertura dos sistemas de comunicação, impacta diretamente

a capacidade de resposta da Polícia Militar do Pará, dificultando a consolidação de ações preventivas permanentes em localidades de elevada vulnerabilidade territorial.

No âmbito operacional da PMPA, tais limitações tornam-se particularmente evidentes em regiões marcadas por difícil acessibilidade, baixa densidade populacional e reduzida integração logística. Em determinadas áreas do território paraense, o deslocamento das equipes policiais depende exclusivamente de transporte fluvial ou aéreo, ampliando custos operacionais, tempo-resposta e dificuldades relacionadas ao monitoramento contínuo das áreas de interesse estratégico.

Conforme argumenta Santos (2006), o território deve ser compreendido como espaço produzido por relações sociais mediadas por sistemas técnicos, econômicos e informacionais. Sob essa perspectiva, a atuação da Polícia Militar do Pará no contexto amazônico não pode estar fundamentada exclusivamente na lógica da ocupação física do espaço, mas também na capacidade institucional de produzir, integrar e utilizar informações territoriais de maneira estratégica. Dessa forma, a inteligência territorial emerge como importante instrumento de fortalecimento operacional da corporação.

A pesquisa também demonstra que as dinâmicas criminais contemporâneas presentes na Amazônia paraense apresentam elevado grau de articulação territorial. Atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas, garimpo ilegal, extração clandestina de madeira, biopirataria e conflitos fundiários utilizam rios, áreas florestais e regiões isoladas como corredores estratégicos de circulação ilícita. Nesse cenário, a Polícia Militar do Pará enfrenta o desafio permanente de ampliar sua capacidade de vigilância e monitoramento territorial diante da elevada complexidade geográfica da região.

Conforme Raffestin (1993), o território constitui espaço de relações de poder e controle, sendo permanentemente disputado por diferentes atores sociais, econômicos e institucionais. Na Amazônia paraense, essa disputa territorial frequentemente envolve organizações criminosas e estruturas ilícitas que exploram precisamente as fragilidades de fiscalização e monitoramento existentes em áreas remotas do estado.

Dessa forma, o domínio das informações territoriais passa a representar elemento estratégico central para fortalecimento da atuação da PMPA. A capacidade

institucional de mapear áreas críticas, identificar fluxos ilícitos, monitorar deslocamentos e antecipar padrões operacionais criminosos tende a ampliar significativamente a eficiência das ações policiais no contexto amazônico.

Além disso, os resultados indicam que a crescente digitalização das estruturas contemporâneas de segurança pública ampliou o papel da informação como mecanismo de poder, vigilância e gestão territorial. Segundo Castells (1999), as sociedades contemporâneas organizam-se em redes informacionais capazes de reorganizar fluxos econômicos, políticos e operacionais em escala global. No âmbito da Polícia Militar do Pará, essa transformação favorece o desenvolvimento gradual de modelos de policiamento orientados por inteligência, nos quais análise de dados, monitoramento remoto e integração informacional assumem importância crescente no planejamento operacional da corporação.

Sob essa perspectiva, a inteligência territorial apresenta-se não apenas como ferramenta tecnológica, mas como modelo estratégico de gestão da informação aplicado às necessidades operacionais da PMPA. A integração entre análise espacial, monitoramento remoto, sistemas georreferenciados e inteligência policial possibilita maior compreensão das dinâmicas territoriais amazônicas e amplia a capacidade operacional da corporação em áreas de difícil acesso.

4.2 Geotecnologias, Monitoramento Remoto e Inteligência Territorial na PMPA

Os resultados da pesquisa evidenciam que a utilização de geotecnologias e sistemas de monitoramento remoto apresenta elevado potencial estratégico para fortalecimento das capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará no contexto amazônico. Ferramentas como drones, imagens de satélite, sistemas georreferenciados, sensoriamento remoto e plataformas de análise espacial possibilitam ampliação da vigilância territorial e fortalecimento da inteligência policial da corporação.

A utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), por exemplo, demonstra importantes possibilidades operacionais para a PMPA, especialmente em

ações de policiamento ambiental, monitoramento fluvial, reconhecimento territorial e apoio operacional em áreas de difícil acesso. Em regiões marcadas por limitações logísticas e baixa presença estatal, os drones permitem monitoramento aéreo em tempo real, identificação de deslocamentos suspeitos e reconhecimento de áreas estratégicas sem necessidade de exposição direta do efetivo policial a determinados riscos operacionais.

No contexto da Amazônia paraense, tais tecnologias apresentam relevância especial para operações relacionadas ao combate ao garimpo ilegal, fiscalização ambiental, monitoramento de rotas fluviais utilizadas pelo tráfico de drogas e apoio a ações integradas desenvolvidas em regiões isoladas do estado.

Os resultados também indicam que a integração entre imagens de satélite, análise geoespacial e inteligência territorial pode ampliar significativamente a capacidade da PMPA de identificar padrões operacionais ilícitos e monitorar áreas críticas da Amazônia paraense. A utilização de plataformas georreferenciadas favorece maior capacidade de planejamento operacional e fortalece ações preventivas voltadas ao controle territorial.

Paralelamente, os sistemas baseados em inteligência artificial demonstram crescente potencial para auxiliar a Polícia Militar do Pará no processamento de grandes volumes de dados territoriais e operacionais. A utilização de algoritmos de análise criminal, reconhecimento de padrões espaciais e integração de bancos de dados tende a fortalecer a produção de inteligência policial e ampliar a eficiência do planejamento estratégico da corporação.

Conforme Floridi (2014), a chamada “infosfera” redefine as relações entre instituições, tecnologia e produção de conhecimento estratégico. Nesse contexto, a capacidade da PMPA de produzir, integrar e interpretar informações territoriais passa a representar importante diferencial operacional no enfrentamento das dinâmicas criminais contemporâneas presentes na Amazônia.

Os resultados demonstram ainda que a inteligência territorial favorece maior integração entre planejamento estratégico, análise espacial e gestão operacional da corporação. A utilização de mapas dinâmicos, sistemas integrados de monitoramento e

plataformas georreferenciadas contribui para ampliação da consciência situacional da PMPA, permitindo respostas mais rápidas e melhor distribuição do efetivo policial nas áreas de maior vulnerabilidade territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade territorial amazônica impõe desafios operacionais singulares às instituições de segurança pública, especialmente no que se refere à capacidade de monitoramento, mobilidade, comunicação e consolidação da presença estatal em áreas remotas. No estado do Pará, tais desafios tornam-se ainda mais complexos em razão da ampla extensão territorial, da predominância de áreas florestais, da forte dependência de acessos fluviais e da crescente atuação de dinâmicas criminais associadas ao tráfico de drogas, crimes ambientais, garimpo ilegal, extração clandestina de madeira e conflitos fundiários. Nesse contexto, a atuação da Polícia Militar do Pará exige modelos operacionais cada vez mais adaptados às especificidades geográficas, logísticas e socioambientais da Amazônia paraense.

Os resultados analisados ao longo deste estudo demonstraram que a inteligência territorial apresenta elevado potencial estratégico para fortalecimento das capacidades operacionais da Polícia Militar do Pará, especialmente no que se refere à ampliação da vigilância territorial, ao monitoramento de áreas de difícil acesso e à produção de informações estratégicas aplicadas ao planejamento operacional da corporação. A integração entre geotecnologias, sistemas de monitoramento remoto, drones, análise espacial e inteligência artificial possibilita maior capacidade de atuação institucional diante das limitações impostas pela geografia amazônica.

A pesquisa evidenciou que a utilização de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs) pode representar importante instrumento de apoio às operações desenvolvidas pela PMPA, sobretudo em ações de policiamento ambiental, monitoramento fluvial, reconhecimento territorial e fiscalização em regiões remotas. Em áreas marcadas por baixa presença estatal e elevada dificuldade logística, o uso dessas tecnologias tende a ampliar significativamente a capacidade de vigilância e resposta operacional da corporação.

Paralelamente, os sistemas baseados em inteligência territorial e análise geoespacial demonstram potencial relevante para o fortalecimento do planejamento estratégico da Polícia Militar do Pará. A utilização integrada de bancos de dados, mapas operacionais dinâmicos, monitoramento remoto e análise de padrões espaciais pode favorecer maior capacidade de antecipação de riscos, identificação de áreas críticas e otimização do emprego do efetivo policial no território amazônico.

Além disso, o estudo demonstrou que a crescente centralidade da informação nas estruturas contemporâneas de segurança pública torna indispensável o fortalecimento da inteligência institucional da PMPA. Conforme discutido ao longo da pesquisa, a capacidade de produzir, integrar e interpretar informações territoriais tornou-se elemento estratégico fundamental para atuação policial em contextos marcados por elevada complexidade espacial e circulação ilícita, como ocorre na Amazônia paraense.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou importantes limitações relacionadas à implementação de sistemas de inteligência territorial no âmbito da Polícia Militar do Pará. Questões relacionadas à infraestrutura tecnológica, conectividade operacional em áreas remotas, capacitação técnica especializada, disponibilidade orçamentária e integração entre sistemas informacionais ainda representam obstáculos significativos à consolidação de modelos de policiamento orientados por inteligência territorial na corporação.

Do mesmo modo, a ampliação do uso de tecnologias digitais de monitoramento exige atenção permanente aos princípios éticos, à proteção de dados e às garantias fundamentais relacionadas ao uso responsável das informações operacionais. A modernização tecnológica da segurança pública amazônica deve ocorrer de maneira compatível com os princípios da governança institucional, da legalidade e da utilização ética das tecnologias aplicadas à vigilância territorial.

Sob a perspectiva teórica, o estudo reforça a compreensão da Amazônia paraense como território estratégico marcado por relações de poder, circulação e disputa territorial, conforme discutido por Santos (2006) e Raffestin (1993). Nesse cenário, a inteligência territorial assume papel fundamental no fortalecimento da

capacidade estatal de monitoramento e gestão territorial, permitindo à Polícia Militar do Pará ampliar sua capacidade operacional diante das especificidades amazônicas.

Conclui-se, portanto, que a inteligência territorial pode constituir importante instrumento estratégico para modernização operacional da Polícia Militar do Pará no contexto amazônico. A integração entre informação, tecnologia, monitoramento remoto e gestão territorial tende a contribuir significativamente para ampliação da eficiência operacional da corporação, fortalecimento da presença institucional em áreas remotas e aprimoramento das estratégias de vigilância e segurança pública na Amazônia paraense.

Todavia, para que tais avanços se consolidem de maneira efetiva, torna-se indispensável o desenvolvimento de políticas institucionais voltadas ao investimento em infraestrutura tecnológica, capacitação profissional, fortalecimento da inteligência policial e integração estratégica dos sistemas informacionais da corporação. Dessa forma, a modernização tecnológica associada à inteligência territorial poderá representar importante mecanismo de fortalecimento da atuação da Polícia Militar do Pará diante dos desafios operacionais, territoriais e institucionais da segurança pública amazônica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOSTROM, Nick. *Superinteligência: caminhos, perigos, estratégias*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social*. Brasília, DF: MJSP, 2021.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FLORIDI, Luciano. *The fourth revolution: how the infosphere is reshaping human reality*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e estados: Pará*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. *Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará*. Belém: PMPA, diferentes edições.

PARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. *Relatórios estatísticos de criminalidade e monitoramento territorial*. Belém: SEGUP, diferentes edições.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

***Autor correspondente:** romulorpf@hotmail.com